



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ESCOLA IPÊ COMO POTENCIALIZADORA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Ezionete Lopes Ribeiro Gomes

Orientadora Prof.^a Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Tutora Prof.^a Dra. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), Dezembro de 2015

Ezionete Lopes Ribeiro Gomes

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ESCOLA IPÊ
COMO POTENCIALIZADORA DA ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Orientadora Prof.^a Dra. Edileuza Fernandes da Silva e Tutora Prof.^a Dra. Maria Susley Pereira

TERMO DE APROVAÇÃO

Ezionete Lopes Ribeiro Gomes

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ESCOLA IPÊ COMO POTENCIALIZADORA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Professor Me Ricardo Gonçalves Pacheco –SEEDF
Examinador Externo

Professora Dra. Edileuza Fernandes da Silva- FE/UNB
Professora Orientadora

Professora Dra. Maria Susley Pereira – SEEDF
Tutora - orientadora

Brasília, 19 de dezembro de 2015

Dedico à Deus, que iluminou a minha aprendizagem durante este percurso acadêmico.
Aos meus pais Rita e Ezequias, por me apresentarem o valor do conhecimento.
Ao meu esposo Edmilson, pessoa que amo partilhar as conquistas da vida.
As minhas filhas Emilly e Evilly, que são as razões de mostrar que a vida vale a pena ser vivida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Mestre dos Mestres que permitiu ampliar o meu conhecimento na área educacional.

Às mestras no sentido efetivo da palavra: Edileuza Fernandes da Silva e Maria Susley Pereira, as quais provocaram a experiência única do aprendizado da pesquisa, pois ela apenas inicia-se, mas não se finaliza.

À tutora professora doutora Maria Susley Pereira, que transmitiu uma lição de vida em apenas duas palavras antagônicas, mas naquele contexto eram sinônimas que, “desistir” é o mesmo que “persistir”. Palavras estas responsáveis por esta conquista.

Aos meus pais humildes, porém honestos, que me ensinaram que o futuro é feito através da constante dedicação no presente.

Ao meu esposo e companheiro que me apoia incondicionalmente.

À minha filha Evilly que me ensina que a vida é uma peça de teatro, alguns momentos somos palcos outros plateias.

À minha filha Emilly que me ensina que a felicidade não está na igualdade dos pensamentos, e sim na superação das diferenças.

Aos meus irmãos que sempre fizeram parte da minha formação e vão continuar fazendo parte da minha vida.

À minha irmã Eziélma, parceira inseparável, principalmente nestes momentos acadêmicos nos quais ainda vivenciaremos outros.

Às minhas cinco sobrinhas que me incentivam a dar o exemplo de que o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

A sabedoria é a meta da alma humana; mas a pessoa, à medida que em seus conhecimentos avança, vê o horizonte do desconhecido cada vez mais longe.

Heráclito

RESUMO

A avaliação institucional é apresentada, nesta pesquisa, como um importante instrumento para auxiliar a escola a se reconhecer como uma potencializadora de atividades avaliativas no intuito de reorganizar o trabalho pedagógico numa dinâmica reflexiva entre seus agentes de forma que todos inovem suas práticas. Entretanto, muitas vezes, é desconhecido o seu projeto político-pedagógico como um documento embasador de suas decisões. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo geral analisar se a Escola Ipê utiliza os resultados da avaliação institucional como referência para organização de seu trabalho pedagógico e teve como objetivos específicos: analisar as concepções de avaliação institucional da equipe gestora, professores e coordenador e analisar se as avaliações de sala de aula são objetos de discussão na avaliação institucional na Escola Ipê. A pesquisa é de abordagem qualitativa e suscitou a realização de estudo de caso. Nesta perspectiva, apresenta dados relevantes sobre este tipo de avaliação de forma que reconheça a sua importância. Os dados foram levantados por meio de questionários dirigidos à equipe diretiva, aos professores e aos coordenadores e pela análise do Projeto político-pedagógico da Escola Ipê. Os interlocutores desta pesquisa foram professores que trabalham há mais de dois anos na instituição, coordenador pedagógico e também a equipe diretiva. A pesquisa de abordagem qualitativa interpreta o contexto pesquisado, com análise do significado das informações vivenciadas e suscitou a realização de estudo de caso. Concluiu-se que é preciso embasar as concepções dos interlocutores sobre avaliação institucional articulada ao PPP, trazendo assim referências para as avaliações para as aprendizagens como potencializadoras da organização do trabalho pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação institucional e avaliação para as aprendizagens, organização do trabalho pedagógico e projeto político-pedagógico.

LISTA DE SIGLAS

ENCCEJA- Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional

PNAS- Programa Nacional de Assistência Social

PPP- Projeto Político-Pedagógico

PROUNI- Programa Universidade para Todos

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEEDF- Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tempo de magistério dos interlocutores.....	29
Quadro 2 - Concepção sobre avaliação institucional e a sua função.....	29
Quadro 3- Forma que acontece o processo de avaliação institucional.....	31
Quadro 4 - Maneira de participação na avaliação institucional.....	33
Quadro 5 - Temáticas discutidas na avaliação institucional.....	34
Quadro 6 - Concepção de cada interlocutor sobre a maneira que a avaliação institucional aprimora as práticas avaliativas.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.1 O diálogo entre os níveis da avaliação: avaliação externa em larga escala, avaliação para as aprendizagens e avaliação institucional	13
1.2 Avaliação para aprendizagem - praticada em sala de aula	14
1.3 A avaliação institucional – prática reflexiva	16
1.4 Avaliações externas em larga escala	18
2. A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	19
3. A AVALIAÇÃO PRATICADA EM SALA DE AULA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	21
4. METODOLOGIA.....	23
5. ANÁLISE DOS DADOS	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	45
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	45
APÊNDICE B – EIXOS PARA ANÁLISE DOCUMENTAL	47

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma proposta de ação-reflexão-ação sobre avaliação institucional como potencializadora para a organização do trabalho pedagógico. A avaliação institucional é a fonte da informação, pois esta questiona os processos educativos com a intencionalidade de elaborar estratégias cada vez mais eficazes para o desenvolvimento de uma escola.

Nesse sentido, ao considerar a importância dessa temática, a pesquisadora optou por realizar a investigação reflexiva sobre avaliação institucional como potencializadora da organização do trabalho pedagógico. Esta avaliação institucional analisada retoma os processos utilizados pela avaliação praticada em sala de aula. Nesta ótica, a avaliação institucional busca instruir e almejar melhorias nas concepções dos seus agentes para que assim materialize as avaliações que acontecem no cotidiano da instituição escolar.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar se a Escola Ipê utiliza os resultados da avaliação institucional como referência para a organização de seu trabalho pedagógico. Para o alcance desse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar as concepções de avaliação institucional da equipe gestora, professores e coordenador e ainda analisar se as avaliações em sala de aula são objetos de discussão na avaliação institucional na Escola Ipê.

A pesquisa precisa ser compreendida como uma necessidade e importante desafio para a escola rumo ao encontro de uma educação de qualidade. Essa relevante análise deve ser considerada como promotora da cidadania e do processo emancipatório de cada indivíduo.

A unidade escolar pesquisada está localizada no setor chamado Arapoanga. A escola atende a uma comunidade carente da periferia de Planaltina do Distrito Federal. É composta de quarenta e oito turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental- séries iniciais, sendo vinte e quatro turmas no turno matutino e vinte e quatro turmas no vespertino. Totalizando aproximadamente mil e quatrocentos alunos, numa faixa etária de sete a catorze anos de idade. A escola possui seis turmas de inclusão. Seu quadro de servidores é composto por sessenta e cinco funcionários, incluindo docentes, direção, pedagoga, psicóloga, coordenadores e equipe técnica administrativa. Além desses, a

escola também conta com alguns funcionários terceirizados que cuidam da limpeza, cantina e segurança.

Os alunos advêm da própria comunidade e são filhos de diferentes famílias, desde tradicionais a monoparentais. Os pais ou cuidadores destas crianças, em sua maioria, recebem salário mínimo para o sustento das famílias. Muitas destas crianças ficam sozinhas em seus lares durante o dia, pois os pais saem cedo para trabalhar e só voltam para casa à noite.

Uma grande parte dos chefes de família desta escola também está no mercado informal. Outros são trabalhadores da construção civil, faxineiras, catadores de lixo e há também os que cumprem pena em regime fechado.

A comunidade do Arapoanga é considerada um território de vulnerabilidade social, com o índice estimado em 55,6%, de acordo com o Programa Nacional de Assistência Social (PNAS/2013).

Os alunos desta escola, em sua maioria, têm uma condição socioeconômica desfavorável, entretanto, são crianças, apenas crianças, com suas potencialidades que amam, sonham, choram e necessitam de oportunidade para desenvolver-se e serem cidadãos felizes.

A pesquisadora está inserida na realidade apresentada há seis anos, atuando como professora alfabetizadora, coordenadora e supervisora pedagógica. A pesquisadora envolveu-se num processo de busca da qualidade da educação nesta escola, num estudo sobre avaliação institucional, por compreender que esta avaliação traz a articulação entre os problemas, as ações e compromissos destes agentes escolares.

Esta monografia está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo busca apresentar um diálogo entre os níveis de avaliações existentes na educação brasileira. O segundo capítulo foi desenvolvido numa incumbência de relacionar a avaliação institucional com o projeto político-pedagógico, na busca de uma retroalimentação da organização do trabalho pedagógico. O terceiro capítulo trata sobre a avaliação praticada em sala de aula, outro momento importante em que os atores; professores e alunos, reflitam sobre esta temática como importante fonte da organização do trabalho pedagógico, levando a discussão na avaliação institucional.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O diálogo entre os níveis da avaliação: avaliação externa em larga escala, avaliação para as aprendizagens e avaliação institucional

A temática avaliação é um objeto de discussão de diversos debates nos últimos tempos. Quando avaliamos cotidianamente emitimos quantificadores e qualificadores das mais variadas naturezas. Sobre isto, é importante observar o que diz Belloni:

Avaliar é uma ação corriqueira e espontânea, realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro. Faz parte dos instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo, resultando de uma necessidade natural ou instintivo de sobreviver, evitando riscos e buscando prazer e realizações. (2001, p.14).

É importante frisar que segundo Cocco e Sudbrack, (2001, p.12) “[...] a avaliação é um processo amplo, ela tem como [...] objetivo fornecer diagnósticos e subsídios para a implementação ou manutenção de políticas educacionais”.

Estas autoras citadas dizem que é necessário refletir sobre o que está sendo avaliado, para só depois, projetar nossos julgamentos. Nesta visão, Belloni (1989, p.37) trata do compromisso de uma avaliação: “A avaliação é uma atividade que se caracteriza por traduzir um compromisso de ordem filosófica, social e política com a educação”.

Desta maneira, podemos refletir que a temática avaliação vai muito além da relação professor/aluno. Ela traz exercícios do desenvolvimento de cidadania nas quais todos são responsáveis pela transformação democrática numa instituição escolar.

Desse modo, a avaliação cumpre uma das finalidades da educação prevista na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional), no seu artigo 2º, que é: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo 46 da LDBEN, ao tratar sobre avaliação educacional, afirma que são três os níveis existentes:

- I. Avaliação da aprendizagem;
- II. Avaliação institucional interna e externa;
- III. Avaliação de redes de educação básica.

É importante que todas estas avaliações dialoguem entre si, com o objetivo de refletir sobre os aspectos formativos, no qual se identifica a busca da qualidade da

educação, sendo a base de tomada de decisões num movimento dialético de construção, reconstrução e desconstrução.

Admitir que esses níveis de avaliações tem a necessidade de se entrosar para buscar uma educação de qualidade é de fundamental importância no processo educativo.

1.2 Avaliação para aprendizagem - praticada em sala de aula

A Avaliação para a aprendizagem, numa visão de avaliação formativa, traz alternativas seguras de ensino com uma reorientação pedagógica da realidade apresentada, ou seja, ela é um guia para docentes e discentes.

Mas quando o professor é o detentor deste processo, ele define tudo o que vai ser avaliado e conseqüentemente o aluno se torna um sujeito passivo, apenas respondendo a avaliação e recebendo sua nota, boa ou ruim.

Desta maneira, este docente está utilizando uma avaliação classificatória. Esta avaliação possui uma única função: classificar o aluno, sendo que, na maioria das vezes, este aluno acaba por vivenciar situações de exposição negativa junto aos demais colegas, por serem classificados negativamente, como retratados por Sordi e Ludke:

O discurso da avaliação perde potência quando os sujeitos da relação desconhecem a natureza multifacetada deste fenômeno e tendem a valorizar resultados obtidos em circunstâncias pontuais, desconsiderando os processos em que se ancoram. (2009, p. 327)

Neste caso, o docente não oportuniza questionamentos, não interfere no ensino aprendizagem, passando assim a ser a avaliação, um processo isolado, sem a interação necessária na escola. Sendo assim, não admite que outros agentes dialoguem sobre a sua maneira de avaliar.

Sordi e Ludke apresentam esta situação:

Esta cultura da avaliação ajuda a entender (não a justificar) as recusas frequentes de alguns professores de discutir suas práticas pedagógicas o que se confronta com o discurso de trabalho coletivo presente na escola. A autonomia do docente não pode ser confundida com a autonomização. Não tem ele a prerrogativa de decidir, por si só, algo que afeta o bem comum e marca o projeto pedagógico da escola. (2009, p. 327)

Villas Boas (2004) ratifica que a avaliação praticada em sala de aula tem a necessidade de ser analisada como uma auxiliar para o aluno e professor para que ambos reflitam sobre o processo ensino aprendizagem. Desta forma, exclui a necessidade de

atribuir notas e serve para direcionar a aprendizagem dos alunos. Assim sendo, a avaliação deveria andar de mãos dadas com a aprendizagem.

Esta avaliação, considerada formativa, traz a conceituação de Allal (citado por VILLAS BOAS, 2011, p.17) que tem por finalidade conceder informações que conduzam a reorganização do trabalho pedagógico, atendendo as diferenças individuais observadas.

Outro fator relevante neste tipo de avaliação é o erro cometido pelo aluno durante a avaliação praticada em sala de aula. De acordo com Cardinet (citado por VILLAS BOAS, 2004, p. 30), “o erro do aluno não mais é considerado como uma falta possível de repreensão, mas como uma fonte de informação essencial, cuja manifestação é importante favorecer.”

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal- SEEDF nas Diretrizes de Avaliação (2014, p.12) reforça que, “na avaliação formativa, estão às melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada.”

Este tipo de avaliação abre um diálogo entre o professor e o aluno no sentido que todos são aprendizes deste processo, são inclusos numa prática avaliativa na qual estão envolvidos diariamente.

Ainda considerando as Diretrizes de Avaliação da SEEDF pode-se denominar a avaliação formativa, da seguinte forma:

É preciso avaliar todos os aspectos envolvidos no processo, sendo fundamental a participação de alunos, professores, gestores, funcionários e comunidade. A avaliação formativa indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos propostos, visto que informa ao professor e ao aluno sobre o resultado do processo de ensino e de aprendizagem, favorecendo a consciência de ambos acerca do trabalho que vêm realizando, bem como indica, ao professor e à instituição educacional, as melhorias que precisam ser efetuadas no trabalho pedagógico para atender as demandas dos alunos. Nessa perspectiva, tudo e todos são avaliados, uma vez que a avaliação formativa promove a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, do professor e da instituição educacional. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.22 e 23)

É importante esclarecer que a avaliação formativa considera o aluno dentro da sua individualidade e capacidade, trazendo assim informações ao professor sobre a qualidade do ensino aprendizagem.

Diante das informações prestadas numa avaliação para a aprendizagem, o professor poderá traçar planejamentos capazes de aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem.

Villas Boas (2006 p.78) complementa que a avaliação formativa é capaz de “identificar e conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda não aprendeu, a fim de que se providenciem os meios necessários à continuidade dos seus estudos”.

Esta identificação de conhecimentos oportuniza o docente em pesquisas de metodologias eficazes para um ensino de qualidade.

A avaliação para a aprendizagem é identificada também como “o processo de procura e interpretação de evidências, a serem usadas por alunos e professores.” (CHUEIRI, 2008 p.11).

Perrenoud (1999, p. 183) apresenta a seguinte contribuição, “a avaliação formativa se ocupa das aprendizagens e do desenvolvimento do aluno.” Por isto, é necessário que o professor selecione tarefas/conteúdos de forma que estes sejam capazes de encorajar o senso crítico, objetivando a interação e integração dos diferentes saberes dos educandos.

Desta forma Black e Dylan (1998, p.7) enfatizam a importância de uma avaliação praticada em sala de aula para o trabalho pedagógico, assim: “a avaliação formativa é a que engloba todas as atividades desenvolvidas pelos professores e seus alunos, com o intuito de fornecer informações a serem usadas como *feedback* para organizar o trabalho pedagógico.”

1.3 A avaliação institucional – prática reflexiva

A avaliação institucional é aquela capaz de promover a participação democrática, registrando as fragilidades e potencialidades da escola numa visão de avaliação formativa, na qual as informações desta avaliação reorientam a prática pedagógica dos seus agentes escolares. Esclarecendo desta maneira os seus problemas numa busca da qualidade de ensino.

A autora Brandalise (2010, p.318) reforça: “A avaliação institucional numa perspectiva crítica é aquela que consegue captar o movimento institucional presente nas relações da instituição”. A mesma autora diz ainda que “a avaliação institucional da escola é produto da integração e entrelaçamento dos processos de avaliação externa e interna”. (*Ibidi*, 2010, p.319).

Então, a avaliação institucional, quando praticada nesta perspectiva, ultrapassa o espaço de uma sala de aula e reúne elementos capazes de levar as reflexões que norteiam os processos educativos para uma qualidade de educação.

Sendo uma avaliação reflexiva, ela traz um exercício de releitura da realidade de uma escola a partir dos seus próprios autores. Este coletivo reflexivo necessita sempre de uma parada obrigatória e sistemática a fim de que se indague sobre os desafios que tem a enfrentar. Sordi e Ludke dizem que:

Avaliar a escola é refletir sobre a sua função social, na tentativa de atualizá-la, a fim de possibilitar que ela esteja de acordo com os múltiplos desafios impostos pela modernidade, sem jamais perder o compromisso com os discentes, principalmente com os menos favorecidos, pois para estes a permanência na escola e o sucesso acadêmico daí resultante poderá representar um significativo nivelamento social. (2009, p.328)

Quando a avaliação institucional é reflexiva e crítica, pode trazer desconforto para muitos profissionais da educação, pois ela expõe o trabalho para um coletivo trazendo a revelação da fragilidade. Porém, esta rica oportunidade que a avaliação institucional proporciona não pode destruir as riquezas de estratégias sugeridas deste coletivo comprometido com o intuito de melhorar o ensino aprendizagem.

Quando esta avaliação institucional abre o espaço para as diferentes leituras dos reais problemas de uma escola e como eles atingem a aprendizagem dos alunos nas salas de aula, ela enriquece uma discussão potencializadora recheada de compromissos para que docentes, gestores e coordenadores oportunizem o direito da aprendizagem.

Sobre a avaliação institucional reflexiva Sordi e Ludke trazem a seguinte análise:

A avaliação deve ser um exercício de reflexão para possibilitar a mudança das ações, pois um educador que não se avalia constantemente torna a sua prática como veracidade irrestrita. A avaliação interna abre possibilidades para que todos os envolvidos no contexto escolar busquem novos trajetos, a fim de se oferecer uma educação pública de qualidade. Certamente, os momentos de reflexão e construção coletiva possibilitarão o encontro de soluções para os desafios encontrados. (2009, p.332)

Diante desta análise sistemática que é a avaliação institucional, é possível localizar as suas fragilidades e potencialidades numa construção contínua da sua identidade. Para Brandalise (2010, p. 330), “[...] a escola que passa por um processo avaliativo numa postura crítica descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica institucional”.

Neste diálogo reflexivo e coletivo os atores podem se encontrar num caminho que entendem onde estão, para onde irão e conseqüentemente podem construir planejamentos para uma educação de qualidade.

Belloni e Belloni (2001, p.322) reforçam esta temática, “a avaliação institucional interna ou auto-avaliação constitui-se num processo de busca da realidade escolar, com suas tendências, seus saberes, seus conflitos e dilemas.”

Quando a avaliação institucional é reflexiva, ela apresenta as seguintes características:

- é o processo pelo qual a escola é capaz de olhar criticamente para si mesma com a finalidade de melhorar o seu desempenho, através da identificação de áreas mais problemáticas e da procura de soluções mais adequadas, para o desenvolvimento do trabalho escolar;
- é uma investigação permanente do sentido da organização e das ações da escola conduzida pelos próprios profissionais do estabelecimento de ensino;
- é o processo de melhoria da escola, conduzido através quer da construção de referenciais, quer da procura de fatos comprobatórios, evidências, para formulação de juízo de valor; • é um exercício coletivo, assentado no diálogo e no confronto de perspectivas sobre o sentido da escola e da organização;
- é um processo de desenvolvimento profissional;
- é um ato de responsabilidade social; • é uma avaliação orientada para a utilização;
- é um processo conduzido internamente, mas que pode e deve contar com a assessoria de agentes externos. (TEIXEIRA BRANDALISE, 2011, p.322)

Portanto, a avaliação institucional precisa ser percebida como uma avaliação da aprendizagem, pois ela é global e contínua; precisa fazer parte do cotidiano da escola no sentido de organizar-se de maneira democrática.

1.4 Avaliações externas em larga escala

Avaliação externa é aquela que apresenta uma comparação do desenvolvimento do ensino entre as esferas do sistema educacional, na qual os seus resultados são analisados fora dos muros escolares.

As avaliações externas, ao mesmo tempo em que esclarecem a forma como o dinheiro público está sendo empregado, trazem também uma “leitura rápida” do ensino aprendizagem de uma instituição escolar. Afonso (2000, p.49) esclarece que, “o Estado vem adotando um estado competitivo, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos”.

Limeira (2012, p.11) deixa claro que estas avaliações são conhecidas como avaliação em larga escala, pois acontece nas escolas públicas, em todo território brasileiro. Elas limitam o trabalho pedagógico, imperando determinados currículos e fazem exigências de resultados muitas vezes utópicos.

Para a educação básica brasileira, existem atualmente cerca de cinco processos avaliativos em vigor. Esses processos têm o objetivo de prestar contas à sociedade brasileira das finanças públicas em educação e também auxiliar nas orientações de políticas educacionais.

O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) foram criados em 2002. Ambos são referentes a uma avaliação voluntária e gratuita oferecida a jovens e adultos; o ENEM (Exame Nacional do Exame Médio) é uma avaliação unificada, realizada em todo o país, capaz de articular anota do aluno como um ingresso ao Ensino Superior público ou privado; e ainda traz a oportunidade da participação do PROUNI (Programa Universidade para todos); Prova Brasil e a Provinha Brasil.

Para que a escola não repita os mesmos objetivos propostos do Estado capitalista de buscar a competitividade e de apresentar números consideráveis, a escola deve aproveitar os resultados destas avaliações de larga escala para buscar o ensino de qualidade.

A instituição escolar deve estar em evolução ao passo que perceba os fenômenos da aprendizagem num ciclo virtuoso, que se faz a acompanhar o processo de ensino aprendizagem numa ótica de instituição.

2 A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A avaliação institucional, segundo Lima (2012, p. 285), deve “[...] servir como retroalimentação para o projeto político-pedagógico da organização escolar, ou seja, seu ponto de partida e chegada”.

Diante desta afirmação é importante dizer que projeto político-pedagógico é o documento elaborado coletivamente e democraticamente, com todos os agentes escolares, sob a influência da realidade local. Ele traz a possibilidade da construção da identidade escolar.

Com esta construção de identidade, o Caderno IV de avaliação no Ensino Médio (2013, p.23) afirma que avaliação institucional utiliza especialmente o projeto político-pedagógico como referência, daí a necessidade da participação de todos os agentes escolares.

Tratar sobre o estudo de avaliação institucional é convidar estes agentes escolares para refletir sobre a responsabilidade da educação pública de qualidade, rumo ao aperfeiçoamento dos espaços e tempos no ambiente escolar.

Dentro desta dinâmica de participação efetiva, a avaliação institucional traz o empoderamento de seus agentes e também a manifestação de interesses deles, pois estão num envolvimento efetivo para uma construção coletiva da instituição. Sobre isto Freitas diz que:

A Avaliação Institucional, é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da “responsabilização” pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do Estado pela escola, mas no sentido de que seus atores têm um projeto e um compromisso social em especial junto às classes populares e, portanto, necessitam, além deste compromisso, do compromisso do Estado em relação à educação”. (2012, p. 36)

Diante desta reflexão de avaliação institucional, é possível recolher informações importantes para a validação do projeto político-pedagógico da escola e trazer consequentemente um *feedback* para a instituição.

A autora Veiga 2004, p.56 reforça que "o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar".

Para que esta avaliação Institucional resulte na ação-reflexão-ação é preciso que a escola se constitua num espaço reflexivo, capaz de identificar sucessos e percalços no trabalho da instituição e buscar coletivamente alternativas para tais percalços, assim sendo, os atores podem adquirir a autonomia necessária.

3 A AVALIAÇÃO PRATICADA EM SALA DE AULA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O momento avaliativo é de grande importância no ambiente escolar, sendo adotado por professor e aluno como espaço de aprendizagem. Mas, para que isto aconteça, é necessário que o docente integre o discente de maneira que ele participe da organização do trabalho pedagógico. A esse respeito Villas Boas nos diz que:

A escola é o local de trabalho do professor e do aluno. Esse trabalho resulta da interação de ambos, em sala de aula convencional e em outros espaços. Portanto, pertence a ambos, não cabendo ao professor referir-se “à minha aula”, “à minha disciplina”, “a minha prova”, “a minha turma” etc., excluindo a co-responsabilidade dos alunos. As atividades de aprendizagem realizadas pelo aluno constituem seu trabalho, que tem características diferentes daquele executado pelo professor, que para isso é remunerado. O fato de o aluno sentir-se proprietário do que ele faz o inclui na escola e nos estudos. Para que isso ocorra, ele tem de verdadeiramente participar da organização do desenvolvimento e da avaliação do trabalho: seu, da sua turma e da escola. (2008, p.25)

Sobre esta integração a autora acrescenta ainda:

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem a presença constante do professor, como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno. (VILLAS BOAS, 2008, p.25)

Este compromisso social, de aluno e professor numa escola conduz a uma avaliação que auxilia o trabalho pedagógico; de maneira que mostre o ponto de partida e chegada para novas indagações ou desafios do professor e da escola. Consequentemente apresenta uma avaliação que emancipa os seus atores e os tornam participativos.

Diante disto, Freitas frisa que a avaliação praticada em sala de aula deve ser inserida na organização do trabalho pedagógico da escola:

Deve-se levar em conta que a avaliação não incorpora apenas objetivos escolares, das matérias ensinadas, mas também objetivos ligados à função social da escola no mundo atual, os quais são incorporados na organização do trabalho pedagógico global da escola. Ao enfatizarmos a sala de aula, não devemos esquecer que ela está inserida em um ambiente maior, a escola. (2012, p. 17-18)

Esta inclusão de avaliação potencializadora do trabalho pedagógico anuncia uma avaliação institucional que abrange o diálogo de seus participantes numa visão coletiva, que possibilite a melhoria da qualidade de ensino. Como enfatiza Lima (2012, p.03); “A avaliação institucional não pode ser isolada nem burocrática porque a transparência de seus objetivos e procedimentos precisa deixar avaliadores e avaliados desarmados e tranquilos quanto ao caráter formativo que ela precisa assumir.”

Assim, a organização do trabalho pedagógico, por se tratar do resultado de um trabalho coletivo, favorece práticas avaliativas emancipatórias capaz de potencializar este trabalho de forma que uma avaliação institucional discuta e aprimore as ações que possam intervir nos problemas reais existentes.

4 METODOLOGIA

O campo de pesquisa para este estudo foi a Escola Ipê, na qual a pesquisadora atua há seis anos. A escola está localizada numa comunidade carente, no sentido real da palavra. Este setor é atendido com água encanada e energia elétrica, mas ainda faltam obras de saneamento básico como a rede de esgoto, bem como a conclusão de asfalto e segurança.

A comunidade do Arapoanga, onde a escola está situada, é considerado um território de vulnerabilidade social, com o índice de vulnerabilidade estimado em 55,6%, de acordo com o Programa Nacional de Assistência Social (PNAS/2013).

A Escola Ipê atende a uma comunidade carente da periferia de Planaltina do Distrito Federal. É composta de quarenta e oito turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental- anos iniciais, sendo vinte e quatro turmas no turno matutino e vinte e quatro turmas no vespertino. Totalizando aproximadamente mil e quatrocentos alunos, numa faixa etária de sete a catorze anos de idade.

O presente trabalho teve como objetivo geral: analisar se a Escola Ipê utiliza os resultados da Avaliação Institucional como referência para organização de seu trabalho pedagógico. E também apresenta os seguintes objetivos específicos: analisar as concepções de Avaliação Institucional da equipe gestora, professores e coordenadores e por último analisar se a avaliação praticada em sala de aula é objeto de discussão na avaliação institucional desenvolvida na Escola Ipê.

Esta pesquisa foi de caráter qualitativo. Neste tipo de abordagem Moresi (2003, p.9) explica que há um “vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Nesta mesma ótica o autor (*ibidem*) ainda complementa que o “processo e seu significado são os principais pontos dessa abordagem”. (p.9)

A pesquisa qualitativa envolve a participação do pesquisador nos microprocessos sociais, analisando a cena investigada para compreendê-la. Segundo Ludke e André (1996, p.15) o fenômeno educacional ocorre dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica dinâmica e complexa.

A investigação apresentada num estudo de caso permite detalhar a realidade. André, *apud* Stake (2005, p.16) relata que estudo de caso “não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”.

O contexto pesquisado e a análise do significado das informações vivenciadas reforçaram as necessidades da realização de um estudo de caso. De acordo com Ludke e André (1996, p.23 e 24) a opção por essa metodologia está intrínseca ao problema por oportunizar “grande potencial para conhecer e compreender melhor a situação investigada.”

Nessa perspectiva, para responder à questão central da pesquisa, foi necessário que a pesquisadora imbricasse no contexto vivido pelos gestores, coordenadores e professores da Escola Ipê.

Participaram da pesquisa dois professores sendo: um alfabetizador e um professor de 4º ano. Além dos professores, participaram também um coordenador pedagógico que atua na instituição há mais de seis anos e a equipe gestora composta de diretor, vice-diretor e supervisor pedagógico.

Os interlocutores pesquisados da equipe gestora foram indagados sobre as suas concepções de Avaliação Institucional.

É importante esclarecer que esta equipe gestora possuía uma nova integrante, pois, a supervisora foi recém convidada, há menos de três meses. Assim, caracteriza que esta interlocutora ainda não havia participado da avaliação institucional nesta escola. Já a diretora participou desde a fundação desta instituição no ano de 2009 e a vice-diretora trabalha nesta função há dois anos, ou seja, estas duas últimas citadas já participaram das avaliações institucionais.

Ao tratar sobre a equipe gestora é importante frisar que ela foi eleita com base na Lei de Gestão Democrática nº 4751/12, uma gestão no qual zela pela autonomia, a participação efetiva de toda a transparência de seus atos e a democracia.

Gadotti (2001, p. 3) nos faz refletir que: “De nada adiantaria uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se o gestor, professores, alunos, e demais atores do processo desconhecem o significado político da autonomia”.

[...] O exercício desta autonomia é uma construção contínua, individual e coletiva. Nesta perspectiva, efetivar uma gestão democrática implica na participação de todos os seguimentos da comunidade escolar levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola. (GADOTTI, 2001, p. 3)

Foram selecionados docentes para participarem desta pesquisa utilizando o critério da diversidade de características profissionais, como a atuação e vínculo

contratual. Os participantes serão chamados, respectivamente, de Professor A (de caráter contratual efetivo, com dezoito anos de magistério e três anos na escola pesquisada) e Professor B (de caráter contratual temporário, com dezoito anos de magistério e três anos na escola pesquisada).

Esta seleção aconteceu a fim de investigar como são as suas concepções sobre avaliação institucional visto que a LDBEN 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no art. 13 diz que:

Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (...);

II – elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1996)

E para complementar estes interlocutores, foi selecionado um coordenador pedagógico, pois este já é atuante nessa função há três anos e representa um articulador do processo educacional.

Ao subsidiar e organizar a reflexão dos professores sobre as razões que justificam suas opções pedagógicas e sobre as dificuldades que encontram para desenvolver seu trabalho, o professor coordenador está favorecendo a tomada de consciência dos professores sobre suas ações e o conhecimento sobre o contexto escolar em que atuam. (GARRIDO, 2009, p.9)

Um dos instrumentos de coleta de dados foi a análise documental no qual:

[...] os documentos são registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo. (OLIVEIRA, 2007, apud SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2012)

Foi analisado como documento o projeto político-pedagógico da Escola Ipê. Esta análise trouxe a compreensão sobre como as avaliações praticadas em sala de aula tem sido objetos de discussão na avaliação institucional.

De acordo com Moreira (1999, p.19), a análise documental “permitirá o reflexo da fonte original e a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas nos documentos, além da contextualização dos fatos em determinados momentos”.

O outro procedimento de levantamento de dados foi o questionário, pois ele é um instrumento de indagação que busca colher informações com um grupo representativo da população em estudo.

Nesta ótica, a presente pesquisa utilizou-se de questionários, instrumentos de coletas de dados que Gil (1999, p.124) define como:

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

O questionário, conforme afirma Gil (2006, p.128) é, “um valoroso instrumento de pesquisa que possibilita conhecer opiniões (...), dentre outros aspectos, situações vivenciadas pelos sujeitos pesquisados”.

O objetivo da aplicação do questionário foi a análise da concepção de avaliação institucional da equipe gestora, professores e coordenadores. Para construção dos dados referidos foi elaborado um questionário, contendo nove questões, sendo cinco abertas e quatro fechadas. Dessa forma, procuram investigar a importância da compreensão dos gestores e professores quanto a sua concepção de avaliação institucional para a construção do planejamento e organização da escola. Além disto, busca indagar até que ponto gestores, professores e coordenadores entendem a importância da avaliação institucional como ação estratégica de referência de avaliações voltadas para a sala de aula.

De acordo com Moroz explicita:

“Coletados os dados, é preciso organizá-los; um conjunto de informações sem organização é de pouca serventia, daí ser importante agrupar os dados, representá-los, compará-los, testá-los estatisticamente, quando for o caso, e descrevê-los”. (2006, p.20)

Diante disto, a análise das informações coletadas ocorreu por meio de um processo que buscou a triangulação dos dados emanados de questionários e análise documental do projeto político-pedagógico da Escola Ipê.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa teve como foco analisar se a Escola Ipê utiliza os resultados da avaliação institucional como referência para organização do trabalho pedagógico, bem como analisar quais são as concepções de avaliação da equipe gestora, professores e coordenadores sobre avaliação institucional e por último, mas não menos importante, analisar se a avaliação praticada em sala de aula é objeto de discussão na avaliação institucional desenvolvida por essa Escola.

Antes de apresentar as informações advindas dos procedimentos/instrumentos de coleta de dados, é importante esclarecer que, durante o período da pesquisa, as escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal (incluindo a escola pesquisada) enfrentaram longos dias de greve, o que consequentemente comprometeu a aplicação do questionário em tempo e espaços propícios. Além disso, é importante ressaltar que, tendo em vista a participação dos interlocutores no referido movimento grevista, os ânimos estavam bastante alterados, fragilizando ainda mais a coleta de informações.

Veiga 2007, p. 9 reflete esta situação referida assim: “há que se pensar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola.”

Outro fator importante a ser considerado antes das análises, foi o não preenchimento do questionário solicitado para a diretora da Escola Ipê, que se ausentou da escola, no período da coleta de dados, por motivos particulares. Sua participação na pesquisa era, de fato, de suma importância, pois além dos outros objetivos já citados, a pesquisa visava analisar as concepções da equipe gestora sobre avaliação institucional. As demais participantes, vice-diretora e supervisora da equipe gestora desta instituição, responderam ao questionário.

É importante esclarecer também que estes interlocutores são professores efetivos e contratos temporários, coordenador e gestores, compondo o quadro de professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal e que os mesmos já participaram da avaliação institucional na Escola Ipê, com exceção da interlocutora supervisora. O quadro a seguir explicita as características destes interlocutores:

Quadro 1 Tempo de magistério dos interlocutores

Professor A	Professor efetivo há mais de três anos na Escola Ipê com formação em Pedagogia/ dezoito anos de magistério
Professor B	Professor Contrato temporário há mais de três anos na Escola Ipê com formação em Pedagogia / dezoito anos de magistério
Coordenador	Coordenadora da Escola Ipê há mais de três anos com formação em Pedagogia / vinte e quatro anos de magistério
Vice-diretora	Vice-diretora eleita no ano de 2014 com formação em Pedagogia / sete anos de magistério
Supervisora	Supervisora pedagógica com formação em Pedagogia / 18 anos de magistério

Fonte: Elaborado pela autora

É possível admitir que estes interlocutores possuem formações propícias para a busca constante da avaliação de suas práticas.

De acordo com Libâneo (2005, p. 35): “O pedagogo não pode ser nem um puro e simples prático nem um puro e simples teórico. Ele está entre os dois. A ligação deve ser ao mesmo tempo permanente e irredutível, porque não pode existir um fosso entre a teoria e a prática.”

A análise das respostas dos questionários apresenta a realidade vivenciada na escola pública e está intrinsecamente atrelada a análise documental: projeto político-pedagógico da Escola Ipê, na qual foi realizada a pesquisa.

Foi questionado o que é avaliação institucional e para que ela serve. Foi comprovado diante destas respostas que a avaliação institucional e PPP são pares indissociáveis:

Quadro 2 Concepção sobre avaliação institucional e a sua função

Professor A	“É uma avaliação que envolve toda comunidade escolar. Tratando de todos os assuntos relacionados ao aprendizado do aluno.”
Professor B	“É um estudo detalhado do projeto político-pedagógico da escola em todos os aspectos discriminando seus pontos positivos e negativos buscando alternativa, para melhor desenvolvê-lo.”
Coordenador	“É uma reflexão sobre a prática da escola e deve servir para propor melhorias e planejar o futuro da instituição.”
Vice-diretora	“A avaliação institucional é muito importante para pontuar os avanços e o que ainda necessita melhorar. Avalia a situação da instituição como um todo na intenção de observar o que precisa ser modificado para melhor atender as necessidades da instituição.”
Supervisora	“Significa o direito de a I.E. assumir sua própria gestão com liberdade para criar mecanismos para melhor servir a comunidade escolar.”

Fonte: Elaborado pela autora

Estas respostas deixam claro quais as concepções destes interlocutores sobre avaliação institucional e sua relação direta com o PPP. Quando o educador compreende essa relação, os mesmos podem tornar-se capazes de entender o contexto institucional, interpretando o presente, avaliando o passado e projetando para o futuro.

É importante analisar também, através destes dados, que estas concepções trazem a reflexão crítica da realidade da Escola Ipê num exercício de releituras. Releituras estas capazes de aperfeiçoar o trabalho pedagógico e automaticamente o aprendizado do aluno.

Diante de cada concepção observada, nota-se o entendimento de que a avaliação institucional é uma análise do todo escolar numa relação direta com o ensino.

Interessante dado quando se observa que estes interlocutores possuem a concepção de avaliação institucional com base no PPP, diante da reflexão que levantam

sobre os aperfeiçoamentos práticos do dia a dia na busca de um exercício crescente de mecanismos que melhoram o ensino público.

Isto confirma a ideia de Freitas (2009, p.33) que entende que este tipo de avaliação está assegurado por concepção de educação emancipatória, baseada em movimentos que defendem que a escola está a serviço do bem público, de mãos dadas com o projeto político-pedagógico da escola. O autor ainda defende a concepção de que estes participantes estão ao lado da comunidade e não contra ela.

Entende-se também, com estes dados colhidos que os interlocutores têm a concepção de que a avaliação institucional movimenta o PPP de maneira que, evidencia a satisfação ou insatisfação no ambiente escolar. Estas inquietações são necessárias para reorganização do trabalho pedagógico dentro de uma escola.

Freitas evidencia esta proposição pedagógica ao afirmar que:

[...] pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da organização do trabalho pedagógico, da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto político-pedagógico [...](2009, p.35).

Os cinco interlocutores nesta pesquisa admitiram que a Escola Ipê desenvolve a avaliação institucional.

Confirma esta participação de acordo com o PPP da Escola Ipê (2014, p.22):

[...] Far-se-á uma avaliação da proposta, onde toda a equipe profissional da escola terá a oportunidade de discutir o trabalho já desenvolvido, considerando o que aconteceu de positivo e negativo, apontando sugestões e alternativas em relação aos objetivos e metas, visando não perder de vista o objetivo geral do trabalho [...]

Interessante analisar que o PPP da Escola Ipê está condizente com a participação dos interlocutores diante das respostas dadas. Num processo de tomada de gestão educativa, emancipatória e democrática.

Outro importante ponto analisado foi o questionamento sobre como acontece esse processo de avaliação institucional:

Quadro 3 Forma como acontece o processo de avaliação institucional

Professor A	“Acontece com formação continuada dos professores. Diálogo ocorrido no conselho de classe sobre os resultados obtidos.”
-------------	---

Professor B	“Em todas as instancias através de reuniões coletivas com o corpo docente com a sociedade, através de questionários e outros meios avaliativos. ”
Coordenador	“Acontece através de questionários que pais, alunos, professores e demais servidores, respondem. ”
Vice-diretora	“Acontece em reuniões que reúne toda a comunidade escolar em que todos estabelecem seus apontamentos e respondem questões sobre a parte física, administrativa e com relação a gestão escolar.
Supervisora	“Em reuniões coletivas em certo período do ano, quando é obrigatório.”

Fonte: Elaborado pela autora

Ficou evidente diante destas respostas que os interlocutores entendem que a avaliação institucional é realizada como uma avaliação contínua e que faz parte do cotidiano da Escola Ipê principalmente em reuniões.

Fernandes (2001, p.28) complementa esta participação assim “[...] num processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar”.

Neste contexto é importante verificar que a avaliação institucional é utilizada como referência para organização do trabalho pedagógico, pois como estes interlocutores relatam, ela acontece em diversos momentos na Escola Ipê, como em reuniões, conselho de classe, em formação continuada e questionários para alunos, pais e professores. Visto que são nestes espaços que acontecem as reflexões da organização do trabalho pedagógico.

Villas Boas e Soares (2003, p.25), afirmam que: “[...] A escola é, pois o local de trabalho do professor e do aluno é o espaço onde se organizam e desenvolvem as atividades de aprendizagem [...] ”

Outro questionamento foi como é a participação do entrevistado na avaliação institucional da Escola Ipê:

QUADRO 4 Maneira de participação na avaliação institucional

Professor A	“Em reuniões e no conselho de classe.”
Professor B	“Participo como membro direto (professor) e como sociedade também levantando vários questionamentos no trabalho desenvolvido como nossos alunos e sociedade.”
Coordenador	“Geralmente me considero participativa, dou sugestões e gosto de realizar comentários que possibilitem um bom funcionamento da instituição.”
Vice-diretora	“Respondo efetivamente os questionários e pontuo o que observo que necessita melhorar.”
Supervisora	“Ativa enquanto defensora, sempre dando o melhor para toda a comunidade escolar. Claro que nesse momento também devo me avaliar.”

Fonte: Elaborado pela autora

É importante verificar que os entrevistados se consideram participantes ativos na avaliação institucional da escola pesquisada, e relacionam a hábitos necessários na instituição para a aparição de transformações importantes sobre os pontos positivos e negativos da escola.

De acordo com o PPP da Escola Ipê (2014, p.22):

[...] Semestralmente, a direção articulará com esta comunidade reunião de acompanhamento e controle das diretrizes contidas na proposta, verificando o andamento das atividades e buscando soluções para possíveis problemas e intervenções. [...]

Notou-se que estes são os períodos de avaliação institucional da Escola Ipê oportunizando participação e manifestação das opiniões.

Ainda neste questionário, foram indagadas quais são as temáticas que geralmente são discutidas na avaliação institucional da escola:

Quadro 5 Temáticas discutidas na avaliação institucional

Professor A	“O conceito e a importância da avaliação formal sobre outros tipos de avaliação.”
Professor B	“Projetos pedagógicos, avaliação, estrutura física, limpeza, organização geral do prédio, lanche e horários. ”
Coordenador	“Giram em torno da aprendizagem dos alunos numa avaliação, lanche, disponibilidade de materiais de limpeza, atendimento por parte dos funcionários, organização do recreio, participação dos pais na vida escolar dos alunos, eficiência e importância dos conteúdos trabalhados.”
Vice-diretora	“Discutimos os aspectos físicos da escola, estrutural, administrativo, gestão escolar, o desenvolvimento dos projetos, horários, limpeza. O funcionamento geral em todos os aspectos da escola.”
Supervisora	“Estrutura física, limpeza e organização, tratamento com a comunidade, atendimento, dinâmica do processo de avaliação.”

Fonte: Elaborado pela autora

Notou-se que há muitas temáticas discutidas na avaliação institucional. Elas são abrangentes e importantes para uma autoavaliação de uma instituição que visa o bem comum.

É importante destacar também que existe a discussão sobre avaliação quando se responde, por exemplo, que verificam o conceito da avaliação e a sua importância. Estes interlocutores se referem à avaliação praticada em sala de aula voltada para as aprendizagens.

Esta temática de avaliação praticada em sala de aula, referida por estes interlocutores merece destaque por ser entendida como uma especificidade da organização do trabalho pedagógico, uma propulsora das formas de atuação do ambiente interno e externo da escola.

Sordi e Ludke confirmam esta temática assim:

Esta aprendizagem de viver, colaborativamente, um projeto implica entender e usar a avaliação como uma estratégia organizadora dos múltiplos olhares e ações sobre a realidade, na perspectiva de produzir melhorias. Mostra-se indispensável para o monitoramento dos avanços do projeto pedagógico e, por conseguinte, é fenômeno do qual não se pode afastar, se quisermos falar, com propriedade, de uma escola. (2009, p.316)

Esta reflexão de avaliação está envolvida num processo emancipatório da busca da qualidade para a comunidade que a Escola Ipê está inserida. Bondioli (2004, p.14) diz que: “A qualidade de uma escola não é absoluta e sim relativa, pois para cada realidade busca-se um modelo de qualidade com valores diferentes dependendo de cada interesse e anseio de uma determinada comunidade escolar”.

Quando indagado no questionário se os resultados da avaliação praticada em sala de aula são discutidos na avaliação institucional, os cinco interlocutores responderam afirmativamente. Nota-se então uma totalidade, uma unanimidade.

Interessante observar que quando é discutida a avaliação praticada em sala de aula, a interlocutora Coordenadora pedagógica abre o importante diálogo quando relaciona a esta resposta: “aprendizagem dos alunos numa avaliação”. Nota-se que é uma avaliação que não exclui, mas que acolhe as potencialidades e fragilidades do aluno no sentido de emancipar sem a exposição do erro, dando prioridade dos processos de ensino e aprendizagem com a intencionalidade de intervenções numa dialética que professor e aluno aprendem juntos.

As Diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal explicitam esta avaliação assim: “Dessa forma, as intervenções didáticas e pedagógicas serão pautadas na lógica do processo de aprendizagem dos estudantes e não exclusivamente na lógica conteudistas”. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

De acordo com a concepção de cada interlocutor, foi indagado de que maneira a avaliação institucional aprimora as práticas avaliativas:

Quadro 6 Concepção de cada interlocutor sobre a maneira que a avaliação institucional aprimora as práticas avaliativas

Professor A	“Em ser um guia, possibilitar a atualização de outros processos. Buscar forma diferenciada de trabalhar o ensino.”
-------------	--

Professor B	“De maneira muito significativa, pois é através dela que podemos identificar os erros e acertos dentro do processo ensino-aprendizagem buscando desempenhar com êxito, descobrindo novas formas de aperfeiçoamento do trabalho.”
Coordenador	“A avaliação deve servir para propor projetos, dinâmicas melhorias no ambiente e na prática em geral. Mas como por muitas vezes é simplesmente engavetada não contribui muito, não reflete em sala de aula.”
Vice-diretora	“Sim, a avaliação institucional colabora muito com as práticas escolares. Visto que os aspectos pontuados na avaliação são vitais para a reestruturação das falhas que ainda ocorrem no ambiente institucional.
Supervisora	“Sim, pois provoca o repensar de cada um em seu papel, enquanto membro da comunidade escolar.”

Fonte: Elaborado pela autora

Foi possível observar também na resposta dos interlocutores que a avaliação institucional possibilita a autoavaliação num sentido construtivo, democrático e que ela é o espaço de discussão do aprimoramento das práticas avaliativas.

Notou-se, diante das respostas apresentadas, que as práticas avaliativas são discutidas na avaliação institucional, sendo assim possível identificar erros e acertos numa busca constante que se encontra a organização do trabalho pedagógico da Escola Ipê.

Pois de acordo com Hoffmann:

Uma prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos. Questionar os procedimentos avaliativos seletivos e excludentes de nossas escolas é uma das etapas desse compromisso. (2011, p.36)

Ficou evidente também que a avaliação institucional da Escola Ipê utiliza os seus resultados como referência para a organização do seu trabalho pedagógico no qual é possível, através da compreensão da importância de uma avaliação institucional reflexiva, democrática, contínua e comprometida com o seu papel na sociedade.

Foi feito a análise documental do projeto político-pedagógico, com o objetivo de analisar se a avaliação praticada em sala de aula é objeto de discussão na avaliação institucional na Escola Ipê. Estas análises se entrelaçam com as respostas dadas ao questionário nesta pesquisa.

Antes, porém, de refletir sobre estes dados, é importante explicitar que, ao solicitar este documento para uma das integrantes da equipe gestora, a pesquisadora foi informada que o PPP nunca havia sido impresso e que o mesmo não estaria salvo em computadores da Escola Ipê, porém foi-se disposto a possibilidade do envio do documento por e-mail para a pesquisadora.

Portanto observou-se que o projeto político-pedagógico da Escola Ipê ainda não estava à disposição dos demais membros para as suas discussões e entendimento, afinal como foi relatado, o documento ainda estava para ser impresso e num arquivo fora da escola.

Nessa perspectiva, Veiga afirma:

O Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é constituído e vivenciado por todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (2008, p. 12).

De acordo com a autora, o PPP é um projeto que precisa ser vivenciado por todos os membros da escola. É importante que todos conheçam, manuseiem e reflitam sobre ele. Todos deveriam, nesta realidade pesquisada, conhecer o PPP e discutir sobre a avaliação praticada em sala de aula. Desse modo aperfeiçoando esta avaliação numa avaliação institucional.

Sousa elucida esta discussão assim:

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (1999, p.63)

Diante deste contexto, a avaliação é um processo de busca. Esta busca de respostas vai depender de tomadas de decisões do coletivo escolar subsidiado. Neste contexto, as respostas seriam buscadas no projeto político-pedagógico. Pensar em avaliação praticada

em sala de aula deveria ser, nesta realidade pesquisada, refletir os resultados discutidos por toda a escola para uma organização do trabalho pedagógico com o estudo do PPP.

Após o recebimento por e-mail do PPP da Escola Ipê, foi analisada pela pesquisadora que a proposta de avaliação praticada em sala de aula desta instituição é uma avaliação formativa, que propicia o redirecionamento da organização do trabalho pedagógico.

Foi analisado também neste PPP, no item avaliação institucional que, “a equipe gestora deverá articular com a comunidade, reunião de acompanhamento e controle das diretrizes de avaliação e que todos, semestralmente, deverão responder questionários a fim de que busquem soluções para possíveis problemas e intervenções”. (PPP da Escola Ipê, 2014 p. 29)

Observou-se que o PPP desta escola está bem apresentado como um documento democrático, porém, um documento sem acesso.

Para Freitas (2012, p. 73):

[...] a peça chave na questão de avaliação é avaliação institucional e o projeto político pedagógico, apresenta uma relação direta com a gestão democrática. A gestão que abre o espaço do diálogo e articula os compromissos em torno da avaliação [...]

O autor Libâneo (2004, p.102) diz que:

[...] a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar [...]

Se o PPP desta instituição fosse levado ao conhecimento de todos, num momento da avaliação institucional, discutindo-o e redirecionando-o com a participação coletiva, ele seria um instrumento capaz de ampliar propostas de avaliação praticada em sala de aula e automaticamente organizaria o trabalho pedagógico em seus fundamentos. Como foi a resposta da interlocutora Professora B quando diz que “É um estudo detalhado do projeto político-pedagógico da escola em todos os aspectos discriminando seus pontos positivos e negativos buscando alternativa para melhor desenvolvê-lo”.

Villas Boas ressalta que:

Falar de projeto político-pedagógico implica em falar de avaliação, por ser esta a categoria do trabalho escolar que o inicia, o mantém no andamento desejável, por meio de contínuas revisões de percurso, e por oferecer elementos para a análise do produto final. (1988, p. 180)

Se a organização do trabalho pedagógico fosse tarefa primordial na Escola Ipê, o PPP seria conhecido por todos, assim contribuiria melhor para a construção da identidade

e autonomia da escola. Pois é na escola que se organiza e reorganiza suas atividades de aprendizagem.

Assim afirma Villas Boas e Soares:

A escola é, pois o local de trabalho do professor e do aluno é o espaço onde se organizam e desenvolvem as atividades de aprendizagem e que possibilita a criação, pelo aluno, do sentimento de pertencer ao grupo e de ser proprietário daquilo que constrói. (2003, p.25)

Ao considerar a falta do conhecimento do PPP da Escola Ipê por parte dos seus agentes, mas analisado as respostas de seus interlocutores nos questionários, foi observado que existe a necessidade de superar obstáculos de modo a atender esses objetivos apresentados inicialmente. Este PPP, se conhecido por todos, deveria ser o outro norte da organização do trabalho pedagógico discutido na avaliação institucional.

Segundo Veiga:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (2007, p. 13)

Portanto o Projeto político-pedagógico é, atualmente, um caminho importante para desmistificar práticas enraizadas sobre avaliação praticada em sala que enriquece um estado capitalista, na qual se dá a importância de números e não de formação do bem comum.

Um documento guardado, sem o seu manuseio, sem a sua reflexão, como é o PPP desta instituição, não possibilita a abertura do espaço para a comunidade escolar contribuir de forma efetiva na sua realidade.

Este PPP, ainda não conhecido por todos, fundamenta o tipo de avaliação praticada em sala de aula. Assim:

A avaliação é um processo formativo, qualitativo e contínuo, cujas informações ali expressas propiciam o redimensionamento da organização do trabalho pedagógico. Cabe à escola propor que a avaliação não fique centrada no educando e no seu desempenho cognitivo, mas que seja um exercício freqüente de desenvolvimento de um olhar e uma escuta sobre as situações de aprendizagem e produção de conhecimento que são responsabilidade de toda comunidade escolar. Por esta razão, é importante atentar à questão com quem e para quem se avalia e ainda refletir sobre o quê, quando, como, com e para que avaliamos. (PPP da ESCOLA Ipê, 2014 p.15)

Diante dos dados expostos, a avaliação institucional servirá como referência para o trabalho pedagógico quando o PPP passar a ser um documento de manuseio

continuamente por todos. Não basta saber que existe, é necessário conhecer as suas características, num exercício diário de construção e reconstrução.

Veiga (2002, p.9) explicita assim: “É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano.” Para tanto é necessário um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário para a consolidação de sua proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.”
Paulo Freire

Diante desta inquietude, desta busca de respostas, a pesquisadora tornou-se mais participativa no contexto que está inserida.

Avaliação institucional é aquela capaz de captar estratégias de ação-reflexão-ação num movimento de trocas para tomadas de decisões no ambiente escolar. Esta conclusão foi possível através de leituras e reflexões da literatura pesquisada, baseada em fontes de estudos avançados e publicados sobre o tema. Diante da teoria pesquisada, tais fontes trouxeram subsídios do conhecimento teórico-metodológico capazes de averiguar os objetivos e problemas propostos neste estudo.

A pesquisadora verificou nesta busca, que há sempre mais espaços a serem descobertos nesta temática de avaliação institucional. Pois a cada estudo se descobre que ela pode ser uma potencializadora para a eficácia da organização do trabalho pedagógico, visto que é necessário abrir diálogos reflexivos sobre as suas fragilidades e não apenas para as suas potencialidades.

As fragilidades encontradas nesta pesquisa ganharam destaque no momento em que se foi solicitado o PPP da Escola Ipê e a sua respectiva resposta era que este ainda estava para ser impresso e arquivado em outro ambiente fora da escola. Diante deste fato apreende-se que ainda há muito que avançar, numa autoconsciência de que todos devem fazer exigir as releituras deste documento.

Foi importante investir na pesquisa em avaliação institucional e investigar se ela debate as avaliações praticadas em sala de aula. O resultado interessante apresentou uma

escola que gosta de avaliar o seu aluno, mas tem dificuldade em ser avaliada. Esta dificuldade se acentua quando o PPP não é um documento concreto, presente no cotidiano escolar capaz de fundamentar as suas decisões.

Foi analisado também se a Escola Ipê utiliza os resultados da avaliação institucional como referência para a organização do seu trabalho pedagógico e se existe o reconhecimento da importância dessa discussão na avaliação institucional. Porém tais fatos não se subsidiam, uma vez que os membros da escola não conhecem, de fato, o PPP, afinal ele, na realidade pesquisada ainda é um documento virtual, não apresentado e refletido pela comunidade escolar.

É importante acolher este “não saber”, pois este acolhimento oportunizou a aprendizagem sobre a importância do PPP numa avaliação institucional, na qual considerou os sujeitos da Escola Ipê como aprendentes.

As análises de avaliação para as aprendizagens mostraram quais os caminhos e os critérios a serem discutidos numa avaliação institucional, embasado num documento luz, o projeto político-pedagógico.

Ao analisar as concepções de avaliação institucional da equipe gestora, professores e coordenador, a pesquisadora concluiu que elas são ricas de conhecimento e que colaboram com tomadas de decisão no ambiente escolar. Tornou-se de vital importância esta consideração, pois não acontece uma avaliação institucional verdadeira sem esta formação de conceitos.

Diante deste estudo foi possível verificar que ainda há uma gama de conhecimentos a serem explorados. A cada momento que se “lapida” a realidade se descobre que é necessário ampliar a visão estreita sobre avaliação institucional e como ela potencializa eficazmente a organização do trabalho pedagógico.

Só foi possível ampliar esta visão, através da oportunidade proporcionada pelo curso de especialista em Coordenação Pedagógica, ofertado pela Universidade de Brasília com a parceria da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação do Distrito Federal e da Coordenação de Formação Continuada, nas quais ofereceram uma dinâmica de pesquisa da realidade vivida.

A pesquisadora explicita esta amplitude de conhecimentos através da fala do cientista Isaac Newton, que diz, “se ele viu mais longe é por que estava sobre os ombros de gigantes. ”

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**, São Paulo: Cortez, 2000.
- BELLONI, Isaura. **Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente**. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. **Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação**. Linhas Críticas, v. 5, n. 9, jul. a dez, 1989.
- BLACK, P. & Wiliam, D. **Trabalhar dentro da caixa preta: Avaliação da Aprendizagem em sala de aula**, Phi Delta Kappan, Bloomington Estados Unidos, 1998
- BONDIOLI, Antônio. **O projeto político pedagógico da creche e sua avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas**. Olhar do Professor, Ponta Grossa, 13(2): p. 315-330, 2010.
- BRASIL, **Caderno IV de Avaliação no Ensino Fundamental**, 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.
- CHUEIRI, Maria Stella Ferreira. **Concepções sobre a avaliação escolar**. Estudos em avaliação educacional, v.19, n.39, jan/abr.2008
- COCCO e SUDBRACK, Edite Maria. **Rosa-dos-ventos: traços da formação docente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala – 2014-2016**. Brasília, DF, [s/d].
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação Institucional da escola – Base teórica e construção do projeto**. Coleção Magister, 2ª edição. Edições Demócrito Rocha, 2001.

FREITAS, L.C. **Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911- 933 2012.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso.** Campinas: Papirus, 2001.

GARRIDO, Selma Pimenta. **Pesquisa em ação.** São Paulo. Papirus, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Erisevelton Silva. **O Diretor e as avaliações praticadas na escola.** Brasília, DF, (Tese de Doutorado), 2012.

LIMEIRA, Luciana Cordeiro. **Avaliação institucional e projeto político-pedagógico uma trama permanente em construção.** Dissertação Stricto Sensu, 2013.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, 1986.

MOREIRA, Marco A. **Aprendizagem significativa.** Brasília: Editora da UnB, 1999

MORESI, Sandro Ricardo Coelho de; SILVA, Itamar Mendes da. **Escola básica e auto-avaliação institucional: possíveis conquistas, novos desafios.** Disponível, 2003.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena. **O processo de pesquisa: iniciação.** Brasília: Líber Livro, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PPP, **Projeto político-pedagógico-** Escola Ipê, 2014

SORDI e LUDKE, Maria Regina e Menga. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias,** 2009.

SOUSA, Sandra Zákia L. **Debater é preciso.** In: Avaliação educacional - em busca de critérios justos - a construção de uma ação significativa. Revista Escola Pública - Editora Segmento, p. 16-29, set/2011.

SOUSA, Sandra Zil. **40 anos de contribuição à avaliação educacional.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 7-36, jan./jun. 2005.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. **Análise documental e observação participante na pesquisa.** Revista Baiana, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

STAKE, Regina Eva, **Investigação com estudo de caso.** Madrid: Morata, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: SP.Papirus, 2004

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva in VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola** – Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. (org). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola.** In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **As práticas avaliativas e a organização do trabalho pedagógico.** FE/Unicamp, tese de doutorado em Educação, 1993.

_____. **Planejamento da avaliação escolar.** Pró-posições, v. 9, n. 3, p. 19-27, nov. 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**Universidade de Brasília
Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores Secretaria de Educação do
Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica**

Este questionário faz parte da pesquisa monográfica que tem como objetivo geral:
“Analisar se a Escola Ipê utiliza os resultados da Avaliação Institucional como referência da organização do trabalho pedagógico.” Para obtenção do título de especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília.

Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, reservando sua identidade.

Data: ____/____/____

Formação:

1- Qual o seu tempo de atuação nesta instituição:

() _____ meses () 1 a 3 anos () 4 a 7 anos

2- Qual o seu tempo de magistério:

() 1 a 3 anos () 4 a 7 anos () 7 a 10 anos () mais de 11 anos

3- Para você o que é Avaliação Institucional e para que serve?

4- A sua escola desenvolve a Avaliação Institucional?

() sim () não

5- Se você respondeu afirmativamente. Como acontece este processo de Avaliação Institucional?

Como é a sua participação na Avaliação Institucional de sua escola?

7- Quais são as temáticas que geralmente são discutidas na Avaliação Institucional de sua escola?

8- Os resultados das avaliações praticadas em sala de aula são discutidos na avaliação institucional?

9-Na sua concepção, de que maneira a Avaliação Institucional aprimora as práticas avaliativas em sala de aula?

Obrigada pela sua atenção e contribuição.

APÊNDICE B – EIXOS PARA ANÁLISE DOCUMENTAL



Universidade de Brasília
Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores Secretaria de Educação do
Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Eixos para investigação do Projeto político-pedagógico da Escola Ipê

Documento	Eixos norteadores
Projeto político-pedagógico da Escola Ipê	<p>Maneira como a avaliação praticada em sala de aula é abordada nas Avaliações Institucionais.</p> <p>Maneira que o espaço/tempo é organizado, divulgado, valorizado, respeitado para que aconteça discussão de avaliação praticada em sala de aula na avaliação institucional.</p> <p>Maneira que é abordada a avaliação praticada em sala de aula, nos momentos de formação continuada, ofertados na instituição. Pra que assim o professor</p>

	<p>possa saber argumentar durante uma Avaliação institucional.</p> <p>Investigar no documento qual é a concepção de avaliação de sala de aula e de avaliação institucional da Escola Ipê.</p>
--	---